

# Conflitos urbanos e a Copa 2014: a luta do Comitê da Copa de Porto Alegre pelo direito à moradia

Gabrielle Oliveira de Araujo<sup>1</sup>

## Resumo

---

Neste artigo, o objetivo é abordar a temática das mobilizações coletivas de uma perspectiva etnográfica centrada na dinâmica de ações políticas da rede de organizações e de atores políticos engajados com o Comitê Popular da Copa de Porto Alegre. Ao expor o caso dessa organização, bem como o processo de luta pela moradia e os repertórios de confronto utilizados no contexto da Copa do Mundo Fifa 2014, visa-se sublinhar dois processos característicos das relações políticas atuais: a emergência de um deslocamento do conflito social das arenas de participação social para a defesa da ação coletiva não estatal como ferramenta privilegiada de luta das organizações sociais que têm atuado no debate urbano no Brasil contemporâneo; e as modalidades de ações políticas nesse contexto.

**Palavras chave:** Comitê Porto Alegre, Copa 2014, luta pela moradia, repertórios de confronto

## Abstract

---

This article aims to address the theme of collective mobilizations from an ethnographic perspective centered on the dynamics of political actions of the network of organizations and political actors engaged with the People's Committee of Porto Alegre Cup. By exposing the case of this organization, the process of struggle for housing and repertoires of comparison used in the context of the Fifa 2014 World Cup vision emphasize two processes characteristic of current political relations: the emergence of a movement of social conflict arenas of social participation for the defense of non-state collective action as a privileged tool of struggle of social organizations that have been active in the urban debate in contemporary Brazil and modalities of political actions in this context.

**Keywords:** Porto Alegre Committee, 2014 World Cup, struggling for housing repertoires of confrontation

---

<sup>1</sup> Mestranda em Sociologia na Universidade Federal do Rio Grande do Sul (UFRGS)

“Os poderosos podem matar uma, duas ou três rosas, mas jamais conseguirão deter a primavera inteira. A primavera somos nós!” Ouvi de Zé essa frase diversas vezes, em referência ao famoso dito de Che Guevara, acrescido da interpretação de quem era a primavera: “Somos nós”, dizia Zé em um discurso que convidava os presentes a não desistirem da luta política. Liderança comunitária e participante ativo do Comitê Popular da Copa de Porto Alegre (CPC/POA), Zé tem, ao longo dos últimos quatro anos, se engajado na luta pela própria moradia e pela de milhares de outras famílias que são alvo de uma política de remoção para a realização de uma das obras da Copa do Mundo Fifa 2014 na cidade de Porto Alegre. É dessa luta que este artigo trata.

A discussão proposta aqui visa problematizar a relação entre mobilizações coletivas e o contexto atual de mudanças institucionais, o

qual tem como característica central a implementação de grandes projetos de transformação urbana, que geram disputas políticas sobre os significados de produção e apropriação dos espaços públicos. O centro da análise é o conflito urbano decorrente das intervenções governamentais para a realização da competição da Copa na cidade de Porto Alegre.

Assim, este artigo versa sobre o CPC, uma rede de organizações sociais que tem se engajado, nos últimos quatro anos, por meio da denúncia dos impactos sociais das obras projetadas para o megaevento, na contestação do discurso oficial, segundo o qual a Copa representaria a grande oportunidade de desenvolvimento social e urbano da cidade. Dessa forma, visa-se abordar as reivindicações e as modalidades de enfrentamento do CPC com o governo municipal, as quais tenho acompanhado com base em pesquisa etnográfica<sup>2</sup> para a dissertação de

---

<sup>2</sup> Buscando contribuir para a renovação do campo de debates sobre movimentos sociais (SILVA, 2010), o qual se caracterizou pela centralidade de abordagens normativas acerca dos processos de mobilização social, a perspectiva que guia a análise parte do diálogo com autores que têm se

mestrado. Ao participar das atividades do CPC/POA, pude apreender a conformação de espaços não estatais de articulação política para o desenvolvimento de ações de mobilização coletiva e de negociações com agências governamentais.

A problemática principal de disputa envolve os conflitos fundiários, isto é, a defesa do direito de utilização de determinada localidade urbana (CAFRUNE, 2010: 202) por grupos vulneráveis em seu direito de posse dos terrenos que habitam. Longe de ser uma problemática nova, a especificidade desse conflito se dá por estar inserido na conjuntura específica da realização de um megaevento, o que envolve um contexto atípico das relações políticas e jurídicas para garantir o cronograma desse evento e

impõe particularidades às formas possíveis de solução.

Ao expor o caso do CPC/POA, o processo de luta pela moradia e os repertórios de confronto<sup>3</sup> utilizados no contexto da Copa, o objetivo é sublinhar dois processos característicos das relações políticas atuais. De um lado, a emergência de um deslocamento do conflito social das arenas de participação social para a defesa da ação coletiva não estatal como ferramenta privilegiada de luta das organizações sociais que têm atuado no debate urbano no Brasil contemporâneo; de outro, as modalidades possíveis de ações políticas que têm sido utilizadas por aqueles que se engajam nas lutas sociais da Copa 2014.

Para atingir esse objetivo, inicialmente é estabelecido um breve

---

dedicado ao estudo das mobilizações coletivas através de uma abordagem etnográfica que privilegia a perspectiva dos atores sociais envolvidos em ação coletiva a partir de seu contexto de experiência e interação (AUYERO, 2002; CEFAÏ, 2009).

<sup>3</sup> O conceito de "repertório de confronto" foi definido inicialmente por Charles Tilly (1995: 41) como "as maneiras através das quais as pessoas agem juntas em busca de interesses compartilhados". Em estudos posteriores, Tilly expôs que "a palavra repertório ajuda a descrever o que acontece, identificando um conjunto limitado de rotinas que são aprendidas, compartilhadas e executadas através de um processo relativamente deliberado de escolha" (TARROW, 2009: 51). Para uma análise mais detalhada sobre o conceito de repertório de confronto na obra de Tilly, ver Alonso (2012).

debate sobre a Copa no Brasil e seus embates, contextualizando o CPC/POA no cenário nacional. Em seguida, é feita a análise do conflito local; e, por fim, uma síntese da discussão.

### **Debates e embates da Copa do Mundo Fifa no Brasil**

Sediar uma copa do mundo de futebol é muito diferente de participar dela (DAMO; OLIVEN, 2013: 20). A escolha do país que receberá os jogos de um evento desse porte resulta no comprometimento com a Federação Internacional de Futebol Associado (Fifa),<sup>4</sup> instituição responsável pela organização das competições, por estruturar as cidades-sede a tempo do início dos jogos. Assim, o anúncio do Brasil como o país da Copa 2014

resultou na criação de um aparato institucional específico para a promoção do megaevento e que veio associado à justificativa de um importante legado urbano e social para o país.

Nesse sentido, uma das primeiras ações governamentais foi a elaboração de um Programa de Aceleração do Crescimento para a Copa (PAC Copa),<sup>5</sup> o qual destina recursos públicos federais às cidades brasileiras escolhidas como sedes dos jogos para obras estruturantes, com a condição de que estas estejam concluídas antes do início da competição. Os empreendimentos foram definidos e pactuados, por meio da assinatura da Matriz de Responsabilidades,<sup>6</sup> em abril de 2010, entre União, estados e municípios.

---

<sup>4</sup> A Fifa é a maior instituição de futebol hoje e é a organizadora do megaevento que envolve a competição entre os estados-nação. O evento é realizado a cada quatro anos, em país escolhido pela Fifa, segundo interesses que, na maioria das vezes, ultrapassam o domínio político, sendo influenciado por questões econômicas e políticas (CABO, 2008: 3).

<sup>5</sup> Mais informações em: <<http://www.pac.gov.br/especial/10>>. Acesso em: 10 de março de 2014.

<sup>6</sup> Segundo o *site* do governo federal para a Copa 2014, a Matriz de Responsabilidades trata das áreas prioritárias de infraestrutura nas 12 cidades-sede, configurando-se em um plano estratégico de investimento de desenvolvimento do país. O instrumento tem como objetivo definir as responsabilidades de cada ente signatário (União, estados, Distrito Federal e municípios) para a execução de medidas conjuntas e projetos voltados para a realização do mundial. Ao longo dos últimos anos, a Matriz de Responsabilidades passou por diversas alterações. Para mais

Os investimentos são justificados<sup>7</sup> pela geração de emprego e pela melhoria da vida nas cidades brasileiras, sendo a realização da Copa uma oportunidade para o país acelerar o desenvolvimento em infraestrutura e serviços urbanos. Essa afirmativa é acompanhada de ações que visam sustentá-la e, ao mesmo tempo, atender às exigências da Fifa. Dessa maneira, a execução das obras está associada ao cronograma do evento, promovendo alterações nas legislações urbanísticas das cidades, somando-se a isso a elaboração de uma legislação específica – a denominada Lei Geral da Copa<sup>8</sup> – em benefício da Fifa e de seus parceiros, garantindo direitos de transmissão, entrada de turistas e venda de produtos.<sup>9</sup>

Essa tentativa de constituição de um consenso pátrio sobre os benefícios da Copa tem sido contestada sobretudo pela Articulação Nacional dos Comitês Populares da Copa (Ancop). Essa rede nacional, que se consolidou no final de 2010, reúne grupos, organizações e agentes políticos das cidades-sede engajados em denunciar os impactos sociais e as ameaças de violação de direitos fundamentais a diversos grupos. As redes que participam da Ancop têm se dedicado a monitorar as violações de direitos em nível local e a fomentar o debate sobre o modelo excludente que está sendo implementado em nome do megaevento.

Tal dimensão conflituosa gerada pela difusão do fenômeno dos megaeventos em diversos países tem

---

informações: <<http://www.copa2014.gov.br/pt-br/brasilecopa/sobreacopa/matriz-responsabilidades>>. Acesso em: março de 2014.

<sup>7</sup> Informações retiradas da nota de esclarecimento do Ministério dos Esportes sobre os investimentos federais para a Copa 2014. Disponível em: <<http://www.pac.gov.br/noticia/988b9e41>>. Acesso em: 17 de março de 2014.

<sup>8</sup> Disponível em: <[http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/\\_ato2011-2014/2012/Lei/L12663.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2011-2014/2012/Lei/L12663.htm)>. Acesso em: março de 2014.

<sup>9</sup> “A Copa no Brasil vai entrar para a história como o evento mais rentável dos mais de 100 anos da Fifa. Pela primeira vez, o mundial vai gerar uma renda superior a 4 bilhões de dólares graças a contratos com patrocinadores e à venda de direitos de televisão.” (*Correio do Povo*, Porto Alegre, 17 mar. 2014, p. 27.)

sido cada vez mais problematizada pelas literaturas acadêmicas internacional (GAFFNEY, 2010; GREENE, 2003; RENAU; TRUDELLE, 2011) e nacional (MASCARENHAS; BORGES; MARQUES, 2011; RAEDER, 2009; RAMALHO, 2012; NUNES, 2012), que, de maneira crítica, enfatizam as intencionalidades e implicações negativas dos megaeventos para as cidades que os recebem. Resguardadas as diferenças, os autores brasileiros têm concebido a realização desses megaeventos como parte de uma estratégia dos governos locais, que, por meio de grandes empreendimentos urbanos, visam consolidar um modelo de cidade competitiva e empreendedora.<sup>10</sup> Assim, esses autores articulam, de modo geral, discussões sobre projetos urbanos e movimentos sociais privilegiando um enfoque normativo

sobre os significados da realização dos megaeventos, enfatizando a dimensão conflituosa entre diferentes atores políticos envolvidos no processo de produção do espaço urbano. Neste artigo, não há a pretensão de julgar esses argumentos como verdadeiros ou falsos, mas sim desdobrá-los em outra direção.

A preparação para a Copa envolve de fato grandes projetos urbanos que impõem mudanças estruturais no país, particularmente no espaço físico da cidade, alterando seus usos pelos diversos segmentos e classes sociais (MAGALHÃES, 2013: 98). No entanto, o que interessa aqui é explorar como os elementos envolvidos na Copa são percebidos e convertidos em reivindicações e mobilizações coletivas. Se a Copa 2014 passa a ser a base sobre a qual a contestação emerge, esta envolve uma

---

<sup>10</sup> A noção de cidade empreendedora parte da discussão teórica de David Harvey sobre o processo de reestruturação capitalista. Sua gestão se dá na busca do desenvolvimento econômico por meio de parcerias público-privadas com intervenções pontuais nos territórios urbanos. Para mais informações sobre o assunto, ver Mascarenhas e Borges (2009).

trama mais ampla de relações político-culturais locais.

Desse modo, para pensar os conflitos que se desenvolvem no contexto da Copa, é estabelecido um diálogo sobre ação coletiva com pesquisadores que privilegiam a perspectiva dos atores sociais envolvidos em mobilizações sociais por meio de seus contextos de experiência e interação (AUYERO, 2002; CEFAÏ, 2009; QUIRÓS, 2009), abordando o fenômeno dos megaeventos e o fenômeno das ações coletivas de maneira relacional, a partir do agenciamento de elementos constituintes de ambos por grupos sociais envolvidos em processos de contestação.

Embora haja um eixo comum de atuação na rede nacional, os comitês locais são formados por composições forjadas em seu contexto particular. Dessa forma, a análise que se segue está centrada nos conflitos e nas relações políticas que envolvem o Comitê Popular da Copa em Porto

Alegre (CPC/POA), trazendo algumas narrativas sobre a constituição do CPC/POA.

### **O Comitê Popular da Copa de Porto Alegre**

A primeira vez que ouvi a expressão “Comitê Popular da Copa de Porto Alegre (CPC/POA)” foi no final de 2010, no seminário Megaprojetos e o Direito à Cidade, realizado em Porto Alegre. A iniciativa foi construída por entidades sociais, especialistas (das áreas de geografia, direito e planejamento urbano), movimentos sociais, militantes da causa da moradia e lideranças comunitárias. O eixo da discussão era a conjuntura municipal de implementação de megaempreendimentos urbanos, intensificada pelo anúncio da cidade como sede da Copa 2014, que, da perspectiva dos presentes, delineava um modelo urbano de exclusão social. O evento demarcou o início da constituição de uma rede para a busca

de soluções coletivas aos impactos sociais, sobretudo relacionadas ao direito à moradia de milhares de famílias vulneráveis às intervenções governamentais para o sucesso da Copa 2014.

Naquele momento, a responsabilidade do governo municipal em organizar a Copa estava começando a se constituir enquanto intervenções urbanas governamentais expressas na assinatura da Matriz de Responsabilidades, que definia o estádio oficial e um conjunto de projetos de mobilidade urbana em regiões centrais de Porto Alegre. A intensidade dos impactos das obras ainda era incerta, e o debate inicial dos grupos sociais centrava-se nas experiências de outras cidades que haviam sido sede de megaeventos esportivos e na participação em conflitos urbanos recentes. Passados quase quatro anos do seminário Megaprojetos e o Direito à Cidade, o cenário político institucional de Porto Alegre mudou bastante; muitas das

obras previstas já foram iniciadas e o CPC/POA, que naquele momento se encontrava em fase embrionária, se consolidou como um ator político importante na arena pública.

Ao longo desse período, o CPC/POA tem se engajado em diversas ações coletivas contestatórias acerca das ações governamentais em Porto Alegre para o megaevento. No entanto, é a duplicação de uma avenida o principal alvo dos conflitos. Conhecida como Tronco, a avenida está localizada em uma região da cidade caracterizada por ampla infraestrutura urbana, grandes prédios comerciais, residências luxuosas e pela proximidade à Orla do Rio Guaíba, que é uma referência paisagística de Porto Alegre. No entanto, o traçado da via atravessa áreas que são ocupadas irregularmente por milhares de famílias que necessitam ser removidas para a concretização da obra viária. Assim, o CPC/POA tem atuado na defesa da permanência dessas famílias na própria região, questionando a

apropriação do espaço urbano por setores específicos.

O CPC/POA foi formado no final de 2010 por meio da articulação entre militantes do Movimento dos Trabalhadores Sem Terra (MST), do Levante Popular da Juventude (LPJ), da ONG Amigos da Terra Brasil (NAT/Brasil), do Quilombo do Sopapo (QS), da ONG Cidade, com o objetivo de constituir espaços de mobilização coletiva não estatal para o enfrentamento do cenário forjado pela Copa na em Porto Alegre.

Mas por que essas organizações passam a atuar no debate da Copa? Como se compôs essa articulação local? Considerando a narrativa de alguns elementos da trajetória de militância dos representantes engajados no CPC/POA em lutas sociais e suas percepções acerca do cenário de forças políticas na cidade, busca-se tornar inteligível, neste artigo, tal configuração de atuação política. Assim, a seguir são expostos, em ordem cronológica, três momentos

característicos do cenário político de Porto Alegre que convergem no processo de contestação à Copa.

a) O Orçamento Participativo e o esgotamento de um modelo de relações políticas

A ONG Cidade decidiu entrar na questão urbana não por acaso. Vínhamos sendo surrados no OP [Orçamento Participativo]. O trabalho de formação que desenvolvia nas regiões foi cada vez mais curto-circuitado pelo governo e percebemos que, por dentro do processo, nos espaços de cogestão, não se podia fazer nada [...]. Por isto o Cidade veio para a questão urbana, porque justamente a neutralização do espaço vem se expressando diretamente na questão da moradia. O que esvaziou no OP foi a questão habitacional. [...]. Neste contexto o Cidade [...] volta o papel organizativo de reconstruir autonomia das entidades. (Ata de reunião em dezembro de 2010).

São organizações (os Amigos da Terra, o MST, o Quilombo) que estão recentemente entrando nesse debate,

nessa pauta mais urbana assim que vinha sendo discutida antes muito em cima dos partidos... dessas associações de bairro e outras organizações que se articulavam em cima do OP. [...] então, que são fortes ainda, que articulam realmente a questão, mas ligados nessa estrutura de uma forma política consolidada já em Porto Alegre que é baseada no OP, na representatividade. [...] O MST e os Amigos da Terra têm um pouco essa preocupação, de sim, nós temos lideranças consolidadas, históricas e que foram significativas e continuam sendo, mas que existe uma necessidade de renovação de quadros, de organizar outra forma de fazer política que também não seja tão enraizada nos partidos, que tenha uma independência política. (Representante do MST/RS).

Em ambas as falas, pode-se perceber o esgotamento do modelo de relações políticas por parte de alguns militantes que participam do CPC/POA, sobretudo em relação à experiência com o Orçamento Participativo (OP). Eles entendem ter

havido uma perda progressiva de incidência nas decisões sobre a política urbana a partir desses espaços e, ao mesmo tempo, a insuficiência do modelo baseado na representação política.

O OP foi desenvolvido inicialmente em Porto Alegre e é considerado um dos marcos da política urbana no processo de redemocratização brasileira, sendo reconhecido internacionalmente.<sup>11</sup> Inaugurado na década de 1990, o OP configura-se como um espaço de participação e decisão sobre a alocação dos recursos públicos. Alvo de numerosos estudos acadêmicos, a proliferação de espaços do OP foi apontada como um fator de ruptura com as relações autoritárias do período anterior (o regime militar), fazendo emergir novas relações entre Estado e sociedade (SILVA, 2004).

Com o OP, ocorreu uma proliferação de organizações

---

<sup>11</sup> A Organização das Nações Unidas (ONU) reconheceu o OP como uma das melhores intervenções urbanas (FEDOZZI, 2000).

comunitárias que passaram a atuar maciçamente por meio dos canais institucionais, particularmente na demanda de regularização fundiária (ALFONSIN, 2008). Entretanto, a partir de uma visão crítica dos militantes, conforme exposto anteriormente, novos modos de atuação política acerca da temática urbana passaram a ser propostos para a resolução de conflitos fundiários.

#### b) O Fórum Social Mundial: formação de redes políticas

O Fórum social, em especial o de 2002, possibilitou o contato com movimentos sociais que possuíam uma trajetória de ocupação urbana, principalmente os que atuavam em São Paulo. Foi um espaço de grande laboratório. Não foi à toa. (Representante do Quilombo do Sopapo).

Foi nos acampamentos da Juventude que passamos a debater a necessidade de formar um centro de referência para organizar a juventude. [...] Quando surgiu o espaço no Quilombo do Sopapo, nós já tínhamos um

entendimento sobre a região Cristal, do processo que estava ocorrendo lá. (Representante dos Amigos da Terra).

Comecei a participar em 2006, quando surgiu uma grana para dar início ao projeto. [...]. Fizemos um mutirão com as lideranças comunitárias para reformar o local. E depois, junto com outras pessoas, formamos o Conselho Gestor e foi a partir daí que passei a ter contato mais próximo com as comunidades [...]. (Representante do Quilombo do Sopapo).

Essas falas remetem a trajetórias compartilhadas entre militantes do CPC/POA em outro processo político considerado inovador (SANTOS, 2005) na cidade de Porto Alegre: o Fórum Social Mundial (FSM). O evento, com cinco edições em Porto Alegre, possibilitou a interação entre diversas redes políticas. Um espaço importante foi o Acampamento Internacional da Juventude, surgido em 2001, na primeira edição do FSM, que reunia várias entidades e ONGs ligadas aos

movimentos de juventude no Brasil.<sup>12</sup> Dos debates nesse espaço nasceu a parceria entre organizações e militantes, os quais passam a fomentar processos de organização da juventude na cidade.

A partir disso, iniciou-se um movimento em 2005 que resultou na formação do Ponto de Cultura Quilombo do Sopapo, situado no bairro Cristal, mesma região em que atualmente se dá a duplicação da Av. Tronco. Segundo o *blog*<sup>13</sup> desse centro comunitário, o projeto busca desenvolver, com os jovens, ações comunitárias que integrem arte, cultura, cidadania e economia solidária, estimulando a afirmação dos direitos da construção de uma cultura de não violência. Nas palavras de um de seus integrantes, “somos um quilombo pelo que fazemos, pela resistência [...] somos um espaço

autônomo, organizado pelas comunidades”.

É importante destacar que a localização geográfica da sede resultou da intenção de se construir um espaço de resistência às intervenções públicas na ocupação do solo urbano daquela região. Caracterizado por ampla mancha de irregularidade fundiária, o bairro Cristal tem passado por um processo intensivo de valorização, privilegiando a expansão imobiliária em detrimento da remoção de populações que lá se encontram. É com os jovens moradores dessas vilas que as atividades e discussões sobre a defesa de territórios urbanos passam a ser desenvolvidas.

---

<sup>12</sup> Informações retiradas do *site* do Acampamento da Juventude. Disponível em: <<http://www.forumsocialdajuventude.com.br/edicoes-fsj/acampamento-da-juventude>>. Acesso em: 10 de março de 2014.

<sup>13</sup> Disponível em: <<http://quilombodosopapo.blogspot.com>>. Acesso em: 10 de março de 2014.

## **A retomada dos conflitos urbanos: a luta do Morro Santa Tereza**

O Comitê Local (em Porto Alegre) vem de um processo de luta sobre questões ambientais e de ocupações do espaço público, já havendo, portanto, uma situação de enfrentamento com o governo e uma articulação com diversos grupos. (Representante do Núcleo Amigos da Terra).

Nós fizemos a primeira reunião que foi lá no Quilombo do Sopapo, foi dia 4 de setembro do ano passado [2010] num movimento, feito pelo pessoal do Quilombo do Sopapo, de aproximação com o pessoal do Levante da Juventude, e o MST foi chamado... E também pela relação que o MST tinha tido com o Morro [...] um papel muito importante lá na luta do Morro, pela experiência das organizações de massa, poder estar articulando as reuniões, organizando o povo, dando formação política para as lideranças, proporcionando isso, debatendo com elas. Então, por essa vitória, o MST passou a ser visto como

uma chave nesse processo. (Representante do MST).

Essas falas remetem a uma conjuntura recente de retomada de conflitos urbanos<sup>14</sup> em Porto Alegre que tem como momento emblemático das mobilizações coletivas a vitória do Movimento o Morro é Nosso na Defesa do Morro Santa Tereza. Iniciado em 2010, o movimento foi formado por um coletivo que reunia sindicatos, indivíduos, grupos civis e lideranças comunitárias. O conflito gerador dessa mobilização foi um projeto de lei do Executivo estadual que implicava a alienação de um terreno de 74 hectares localizado no Morro Santa Tereza. O envolvimento de múltiplas organizações nessa luta se deu em virtude de esse morro ser considerado uma importante área de preservação ambiental e histórico-cultural, além de ser componente da

---

<sup>14</sup> Desde 2009, ações populares visando conter a forma como a cidade vem sendo pensada e gerida por meio de ações do poder municipal explicitam uma conjuntura de retomada dos conflitos públicos. Outro movimento exemplar desse processo foi o Movimento em Defesa da Orla do Guaíba (ARAÚJO, 2011).

paisagística da cidade, com vista para a Orla do Rio Guaíba, somando-se a isso a ocupação irregular de quatro mil famílias.

As manifestações em torno da defesa do Morro Santa Tereza ocorreram ao longo de 2010, por meio de uma série de caminhadas, marchas e distribuição de cartazes pela cidade, criando forte mobilização social (GUTTERRES, 2011), o que resultou na retirada do projeto de lei. O êxito do movimento em derrotar a institucionalidade passou a ser visto como oportunidade de fomentar outras formas de luta política.

Entre as organizações que tiveram atuação nesse processo de luta, o MST, por seu papel mobilizador de massa, passou a ser reconhecido como um movimento importante pelas comunidades locais, construindo assim relações entre seus militantes e as lideranças comunitárias. Outra organização com atuação junto às comunidades é o Levante Popular da Juventude (LPJ), constituído por jovens

urbanos e rurais ligados à Via Campesina. Seu formato organizativo se dá por células localizadas em diversas regiões de Porto Alegre, sendo a principal a que se reúne na Vila Cruzeiro, outra vila impactada pela duplicação da Av. Tronco.

### **A Copa em Porto Alegre: construindo um espaço coletivo não estatal**

Os três processos referenciados – que remetem à percepção de um esgotamento do modelo de relações políticas, à formação de redes políticas em experiências de luta social e à conjuntura de retomada de mobilizações que articulam organizações e comunidades – foram importantes por envolverem, em diferentes níveis de atuação, lutas em torno de conflitos fundiários urbanos em uma região específica de Porto Alegre, a qual atualmente é palco da duplicação da avenida para a Copa.

Dessa forma, trajetórias em lutas sociais e percepções sobre a gestão das políticas urbanas e das possibilidades de intervir nesse processo são agenciadas conformando uma nova coalizão de forças sociais, que passa, com o espaço do Quilombo do Sopapo, a fomentar espaços não estatais de mobilização coletiva entre organizações sociais e lideranças comunitárias – das vilas que serão impactadas pelas obras – para o enfrentamento da problemática da irregularidade fundiária e da moradia precária.

No mapa<sup>15</sup> a seguir, podemos visualizar a região dos conflitos:



As áreas verdes correspondem aos projetos que já estão em andamento para a Copa; a área vermelha, às comunidades atingidas pelo Projeto Integrado Socioambiental (Pisa);<sup>16</sup> as áreas em laranja, às comunidades atingidas pelo traçado da Av. Tronco; e a área azul, às comunidades no Morro Santa Tereza. Por fim, em amarelo, outras comunidades em áreas de risco e com moradias precárias.

Daqui em diante, são descritos os elementos envolvidos no processo de luta pela moradia, particularmente as especificidades das intervenções da prefeitura, pela conjuntura da Copa, sobretudo no projeto habitacional, intervenções que passam a ser contestadas a partir da atuação do CPC/POA.

<sup>15</sup> Mapa elaborado por Leandro Anton, participante do Quilombo do Sopapo.

<sup>16</sup> O Pisa elaborado e executado pela prefeitura tem como finalidade elevar os índices de tratamento de esgoto da cidade e a balneabilidade do Rio Guaíba. No entanto, implica a remoção de cerca de 1.680 famílias, processo que estava em andamento no momento em que o CPC/POA passa a atuar no tema da duplicação da Tronco.

## **A luta pela moradia na Copa**

Em uma tarde do mês de maio de 2013, fui a uma reunião do Comitê Popular da Copa de Porto Alegre (CPC/POA) para discutir a organização da mobilização comunitária para a atividade Mutirão por Direitos. O local do encontro era a casa de seu Zé, a quem me referi na parte inicial deste artigo. Da janela de sua casa, que dá para o pátio dos fundos do terreno onde mora, ele me mostrou o lugar onde o traçado da via a ser duplicada passará. Questionei seu Zé sobre as ofertas da prefeitura e ele me respondeu que não havia sido procurado ainda, finalizando em tom enfático: “Mas eu não vou sair daqui”.

A história de seu Zé ilustra, em parte, a situação causada pela chamada “duplicação da Av. Tronco” às famílias que não detêm a posse regular dos terrenos que habitam. Morador da região desde o nascimento, seu Zé passou a infância e parte da juventude na Vila Santa

Tereza. Ao se casar, mudou-se para a Vila Cruzeiro, que, naquele momento, era uma área periférica de Porto Alegre. A casa de tábuas ficava na encosta de um perigoso valão. Com o tempo, por meio do Orçamento Participativo (OP), encanaram a água, e ele pôde emparelhar o terreno, no qual mora há quarenta anos.

A chegada de um novo projeto de melhoramento da infraestrutura urbana na região veio acompanhada da notícia de que um dos entraves para a concretização da obra era a moradia de seu Zé. A ameaça de ser removido do local onde passou boa parte da vida o leva a procurar informações sobre seu destino, passando a participar das reuniões do CPC/POA. Aos 73 anos, Zé sempre lembra sua participação no movimento comunitário da década de 1990 do qual foi presidente. Se, naquele momento, reivindicava melhores condições de vida (asfalto, luz, esgoto, água), mais de vinte anos depois passa a fazer parte da luta pelo

próprio direito e pelo das demais famílias de ficarem na região.

Assim como seu Zé, cerca de 1.500<sup>17</sup> famílias se encontram em situação de ameaça a suas moradias. Anunciado pelo governo municipal como obra prioritária para a Copa, o projeto viário prevê a duplicação da avenida em uma extensão de 5,4 quilômetros de largura, atravessando áreas públicas e privadas habitadas por famílias de sete vilas que compõem duas grandes regiões: Cruzeiro e Divisa Cristal.

Consta do *site* da Secretaria Extraordinária para a Copa do Mundo 2014 (Secopa)<sup>18</sup> que a relevância das obras na avenida se dá por ser um eixo estruturador da cidade e sobretudo porque proporcionará o acesso nos dias dos jogos. As obras são também apresentadas como parte de um projeto de recuperação urbana de

ampla área de vulnerabilidade social por meio da construção de edifícios ao longo da via para reassentar a população que habita o eixo traçado. Desse modo, na veiculação de informações em seus canais oficiais, o governo municipal faz referência ao projeto como uma forma de melhorar a vida das famílias, em um constante diálogo para atender às suas demandas. Na prática, as ações governamentais têm tido um caráter de priorização da execução das obras viárias em detrimento da gestão da política de reassentamento.

A inclusão do projeto da avenida no documento Matriz de Responsabilidades garantiu à prefeitura a obtenção de recursos do governo federal, mas veio acompanhada da condição de que as obras estivessem prontas até o início

---

<sup>17</sup> O número é aproximado, na medida em que a própria prefeitura tem veiculado diferentes valores sobre o número de famílias.

<sup>18</sup> Segundo o *site*, a secretaria foi criada no final de 2008 pela prefeitura com o objetivo de gerenciar a preparação de Porto Alegre para a Copa 2014. Disponível em: <[http://www.secopapoa.com.br/default.php?reg=68&p\\_secao=7](http://www.secopapoa.com.br/default.php?reg=68&p_secao=7)>. Acesso em: 18 de março de 2014.

dos jogos.<sup>19</sup> Esse comprometimento em finalizar a obra a tempo do evento resultou na elaboração de uma política habitacional específica para o reassentamento e o deslocamento das famílias atingidas pela duplicação da avenida, acompanhada pela instituição, pela regulamentação e pela alteração de decretos e leis urbanísticas.

Nesse sentido, o anúncio de que as unidades habitacionais para as famílias seriam realizadas pelo programa federal Minha Casa, Minha Vida (MCMV)<sup>20</sup> foi seguido pela aprovação, em 2010, na Câmara de Vereadores, do projeto de lei 854/2010,<sup>21</sup> elaborado pelo Executivo municipal. Essa lei decretou que os reassentamentos pelo programa MCMV, em função das obras de

infraestrutura associadas à Copa 2014, não precisavam ser realizados em áreas identificadas na própria região de origem.

Em uma tentativa de acelerar o processo de remoção, a política habitacional que passa a ser desenhada pelo governo municipal prevê a concessão do aluguel social ou do bônus moradia. O aluguel social – medida de caráter de urgência<sup>22</sup> – foi a alternativa encontrada pela prefeitura para as famílias que optassem pelas casas a serem construídas pelo programa MCMV, já que a previsão era de que as obras viárias teriam início antes de as habitações estarem prontas. Ao escolher essa modalidade, a família tem o direito de receber um valor de R\$500,00 mensais para locar temporariamente uma moradia (o

---

<sup>19</sup> Disponível em: <<http://www.copa2014.gov.br/sites/default/files/publicas/sobre-a-copa/matriz-de-responsabilidades/rs/matrizResponsabilidade2.pdf>>. Acesso em: 18 de março de 2014.

<sup>20</sup> O MCMV é um programa federal que destina recursos para Estado e municípios para a produção habitacional. Para mais informações sobre o processo de implementação desse programa em Porto Alegre, ver Siqueira; Lahorgue (2012).

<sup>21</sup> Disponível em: <[http://200.169.19.94/processo\\_eletronico/033832010PLCE/033832010PLCE\\_PROJETO\\_14161\\_9584\\_130.pdf](http://200.169.19.94/processo_eletronico/033832010PLCE/033832010PLCE_PROJETO_14161_9584_130.pdf)>. Acesso em: 18 de março de 2014.

<sup>22</sup> Ver: <[http://www2.portoalegre.rs.gov.br/demhab/default.php?p\\_secao=116](http://www2.portoalegre.rs.gov.br/demhab/default.php?p_secao=116)>. Acesso em: 18 de março de 2014.

processo é intermediado pela prefeitura).

O bônus moradia também é um recurso destinado pelo governo municipal, mas para a aquisição, de maneira individualizada, de moradias regularizadas. Na prática, ao optar pelo bônus moradia, as famílias precisam procurar casas, negociar com o dono, levar os papéis ao Departamento Municipal de Habitação (Demhab), para passarem por um processo de avaliação, e, se estiver tudo certo, os representantes governamentais contatam o proprietário para a compra e repassam o título de proprietário à família. A opção pelo bônus moradia corresponde a um valor de R\$52.340,00 reais – o mesmo valor da unidade habitacional a ser construída pelo MCMV.

Essas duas modalidades passaram a ser ofertadas às famílias

cadastradas<sup>23</sup> pelo Demhab, em junho de 2012, quando esse órgão instalou o Escritório Novo Tronco em um espaço comunitário da Vila Cruzeiro. Com a falta de informações sobre a construção das unidades habitacionais pelo MCMV, a opção pelo bônus moradia passa a ser a única solução concreta, a qual já foi escolhida por cerca de 420 famílias.<sup>24</sup> A mudança dessas famílias da vila veio acompanhada de problemas para aqueles que ainda permanecem. A assinatura do contrato autoriza a prefeitura a demolir imediatamente as casas desocupadas, e os entulhos não são recolhidos para evitar que os terrenos sejam reocupados. O processo de demolição tem ocorrido mesmo se no terreno exista outra moradia, deixando aqueles que ficam em uma situação de extremo constrangimento.

---

<sup>23</sup> Na elaboração de projetos habitacionais de interesse social, é realizado um cadastro socioeconômico para o levantamento de informações das famílias, delimitando o público-alvo da política.

<sup>24</sup> Essa informação foi obtida por meio de fontes não oficiais em virtude de sua não disponibilização pelos órgãos responsáveis.

Em outubro de 2012, tem início a obra de duplicação da avenida, mesmo sem solucionar os problemas da política de reassentamento. Oito meses depois, o prefeito anuncia que não seria possível terminar a obra a tempo para a Copa, retirando-a da Matriz de Responsabilidades, a qual passa a fazer parte do Programa de Aceleração do Crescimento (PAC) de Mobilidade.<sup>25</sup> Atualmente, as máquinas avançam pela avenida e centenas de famílias ainda estão à espera de solução.

É nesse cenário – o tempo todo em tensão para realizar uma avenida e o destino de milhares de famílias – que o CPC/POA passa a atuar e a se constituir como interlocutor entre famílias<sup>26</sup> e agências governamentais. O gerenciamento do poder municipal da política habitacional é questionado e contraposto por diversas ações políticas construídas nas interações

entre organizações engajadas no CPC/POA e outros agentes sociais e políticos.

As principais ações coletivas, ao longo da pesquisa realizada, estiveram voltadas para a reivindicação pelo acesso à informação e pela participação das famílias no plano de reassentamento (incluindo a possibilidade de decidirem o formato e o tamanho das moradias), para a permanência na região de origem, a recusa do aluguel social como política habitacional, o valor do bônus moradia muito abaixo do preço de mercado – o que estaria levando as famílias a migrarem para outras cidades –, o processo de negociação individualizado acerca das moradias e o comprometimento do governo municipal em inverter a ordem de prioridade: primeiro as casas, depois a avenida. É sobre elas que trata a próxima seção.

---

<sup>25</sup> Programa do governo federal disponível em: <<http://www.pac.gov.br/cidade-melhor/mobilidade-urbana>>. Acesso em: março de 2014.

<sup>26</sup> Gostaria de ressaltar que o CPC/POA não tem essa relação com todas as famílias que estão passando pela política de remoção, existindo diversos conflitos entre as comunidades, os quais não poderão ser tratados aqui pelas limitações de espaço neste artigo.

### **Repertórios de confronto: a luta coletiva pelos direitos humanos**

O cenário forjado pelo comprometimento do governo municipal com a organização do evento, envolvendo políticas públicas acerca da irregularidade fundiária, é enfrentado pelo Comitê Popular da Copa de Porto Alegre (CPC/POA) por meio da linguagem dos direitos sociais e humanos. Desse modo, a priorização da obra viária e as conseqüentes políticas com caráter emergencial atípico das relações políticas e jurídicas vão ser contrapostas pelo acionamento das garantias constitucionais (nos âmbitos internacional e nacional) do direito à moradia digna.

No entanto, os direitos humanos configuram-se como um campo de conflitos, de interpretações e de lutas simbólicas (FONSECA; CARDARELLO, 1999 apud RIBEIRO, 2004). A existência de múltiplas

legislações não é garantia de seu exercício efetivo, pelo contrário; a disputa no âmbito jurídico envolve um processo de tradução política e simbólica (MACIEL, 2011) que vai se dando ao longo da luta, envolvendo relações de poder, recursos organizativos, legitimidades e diversos agentes políticos. Assim, no processo de luta do CPC/POA pelo direito à moradia das famílias, a principal estratégia é a da "frente comunitária".

"É preciso povo na rua", argumentou um advogado militante em uma das reuniões do CPC/POA que discutia a possibilidade de uma ação jurídica. Essa frase é expressiva da centralidade do processo de mobilização coletiva como ferramenta de luta na medida em que se refere a modos eficazes de intervir nas relações de poder no processo de decisão acerca do conflito. Assim, as marchas e os bloqueios de rua ao longo da avenida a ser duplicada têm um papel importante de pressão aos governos, de publicização das reivindicações

formando uma opinião pública e também de revigorar os laços entre os participantes. Puxados pela “comissão de frente” – geralmente jovens integrantes do Levante Popular da Juventude (LPJ) –, ao som de batucadas, os manifestantes repetem o canto: “A ação direta é a arma que nós temos para fazer justiça para viver!”

É nas reuniões com as comunidades<sup>27</sup> que organizações e lideranças comunitárias convergem para o debate sobre as moradias, socializando informações e construindo ações coletivas necessárias a cada avanço das ações governamentais sobre a gestão da política de remoção. As discussões, na maioria das vezes, articulam questões sobre processos externos (outras vilas que se encontravam também em situação de remoção) com relatos sobre as situações que ocorriam

internamente nas comunidades (conflitos comunitários, relações com a prefeitura, demandas das famílias), construindo, dessa forma, um entendimento compartilhado de que o que está ocorrendo na Av. Tronco é parte da estratégia do governo municipal de implementar um modelo de cidade que exclui os grupos mais pobres, fazendo-se necessário, assim, que a luta seja coletiva.

Dos encaminhamentos nas reuniões eram organizadas assembleias de moradores, possibilitando a interação com um número maior de pessoas. Realizadas em espaços internos às vilas, as assembleias têm uma dimensão simbólica importante de reforço da adesão coletiva. As primeiras falas – que ficam a cargo das lideranças e das organizações ativas nas reuniões do CPC/POA – remetem à trajetória de formação do atual bairro urbanizado, a

---

<sup>27</sup> No início da pesquisa, em 2011, as reuniões eram marcadas semanalmente na sede do Quilombo do Sopapo. Ao longo do processo de organização e articulação comunitária, a grande extensão da avenida dificultou a aproximação entre as comunidades que moravam no outro extremo. Assim, outro espaço foi criado, na Vila Tronco, em uma escola estadual do bairro.

qual teve como principal protagonista os moradores, que atualmente se encontram na ameaça de não poder desfrutar dessa infraestrutura urbana. Esse é o momento também em que o processo de luta diante da duplicação da avenida e suas conquistas são enfatizados por meio de vídeos e fotografias.

As assembleias são também espaços que reforçam o sentimento de oposição da luta comunitária às ações do governo municipal, por meio da troca de relatos entre os moradores e as organizações sobre as intervenções arbitrárias dos agentes municipais e o sofrimento do processo cotidiano de negociação com a prefeitura, diante do qual os moradores passam a construir ações tendo em vista participar das decisões sobre suas moradias.

A omissão do poder público em disponibilizar informações concretas sobre seus planos para a política habitacional foi um dos primeiros alvos das ações comunitárias. Sem respostas, mesmo depois do bloqueio

de ruas e de protocolarem documento no escritório do gabinete do prefeito, os moradores passam a fazer uso da mesma estratégia estatal de retenção de dados, impondo-se como agentes de poder: "Não vai ter cadastro". Essa foi a decisão anunciada pelos moradores em reunião com representantes do Departamento Municipal de Habitação (Demhab) no dia 15 de junho de 2011. A reivindicação referia-se à presença do prefeito nas comunidades para ouvi-las, responder às dúvidas e se comprometer com as famílias. A demanda foi concretizada em 29 de junho de 2011. Embora a situação não represente uma mudança significativa no processo, foi considerada uma das vitórias da luta.

Outra ação comunitária importante diante dos argumentos do governo municipal de que não havia terrenos na região para a construção das unidades habitacionais foi a articulação entre o conhecimento dos moradores acerca da região e os

conhecimentos técnicos das organizações (uso da ferramenta Google Earth).<sup>28</sup> Como resultado foi construído um mapa com áreas possíveis de desapropriação disponíveis para a construção das moradias. Em junho de 2013, os grupos engajados no CPC/POA comemoraram a votação desses terrenos, que finalmente foram agravados como área de especial interesse social (AEIS), iniciando a possibilidade concreta de permanência na região.

A busca por informações e participação envolveu também ações coletivas voltadas para os mecanismos institucionais. Entre os anos de 2010 e 2011, ocorreram as ações conhecidas como o “ciclo de audiências públicas de iniciativa popular”, que, segundo consta do *blog*<sup>29</sup> do Quilombo do Sopapo, sinalizou a intenção de prioridade para o diálogo com

princípios constitucionais que têm como parâmetros a defesa dos direitos humanos à moradia digna. Nas audiências, foram encaminhados documentos e propostas à prefeitura, ao Ministério Público Estadual, ao Ministério Público Federal, à Assembleia Legislativa Estadual e à Câmara de Vereadores de Porto Alegre.

Dando seguimento a ações mais institucionais, as organizações sociais do CPC/POA passam a buscar canais alternativos para a denúncia de violações de direitos humanos em função do megaevento. A elaboração de relatórios e a mobilização de redes políticas em nível nacional resultam em um conjunto de visitas de agentes políticos e institucionais para verificar as denúncias e mediar os conflitos.

Desse modo, em setembro de 2011, Porto Alegre recebe a visita da relatora da Organização das Nações

---

<sup>28</sup> Ferramenta tecnológica que possibilita gerar informações geográficas no formato de mapas. Disponível em: <<http://www.google.com.br/intl/pt-PT/earth>>. Acesso em: 17 de março de 2014.

<sup>29</sup> Disponível em: <<http://quilombodosopapo.blogspot.com.br/2011/05/impacto-da-copa-2014-em-porto-alegre.html>>. Acesso em: 16 de março de 2014.

Unidas (ONU) pelo direito à moradia digna, Raquel Rolnik. Sua incidência nesse processo não foi uma missão oficial, mas resultado do envolvimento da relatora com a Rede Nacional dos Comitês, da qual foi incentivadora. Sua intervenção tinha um papel de certificação da luta, isto é, de dar visibilidade, reconhecimento e legitimidade às reivindicações do CPC/POA. Um ano depois, a cidade de Porto Alegre recebeu a visita do Grupo de Trabalho para a Moradia, da Secretaria de Direitos Humanos da Presidência da República, o qual foi criado depois de inúmeras denúncias a partir da rede nacional dos comitês em cortes internacionais.<sup>30</sup>

No nível local, as denúncias de violação de direitos humanos foram feitas ao procurador-geral da Justiça do Estado do Sul visando à mediação do conflito. A partir daí, passaram a ocorrer audiências, por intermédio do Ministério Público Estadual, entre

representantes do Executivo municipal e moradores impactados pela avenida. Nesses encontros, os moradores puderam fazer perguntas e demandas ao Executivo municipal, sendo a principal reivindicação a de que se desse um fim à oferta do aluguel social para as famílias da avenida, comprometendo-se para que elas só saíssem de suas casas quando as unidades habitacionais do Minha Casa, Minha Vida (MCMV) estivessem prontas. Essa reivindicação não foi atendida.

“Nós não vamos sair até que a casa nova esteja pronta.” A frase proferida por alguns moradores expressa a demanda exposta anteriormente de recusa do aluguel social como modalidade integrante da política habitacional. Foi proferida em abril de 2012, momento em que a campanha Chave por Chave foi lançada na comunidade. O *slogan* da campanha refere-se ao fato de que as

---

<sup>30</sup> Essa informação foi obtida por meio de um relatório elaborado pela Articulação Nacional dos Comitês Populares da Copa (Ancop).

famílias só entregariam as chaves das casas em que estavam quando a prefeitura entregasse as chaves da moradia nova. A construção dessa campanha é mais um mecanismo de pressão coletiva na tentativa de fazer com que a prefeitura atenda às reivindicações dos moradores.

Em junho de 2013, uma manifestação com centenas de jovens percorria a extensão da avenida já em duplicação e entoava em coro: "*Soomooos, somos um povo, e nossas casas ninguém vai derrubaaa!*". O apoio às famílias resultou da mudança na conjuntura política da cidade que levou o CPC/POA a se articular com outras redes políticas, entre elas o Bloco de Luta. Trata-se de um coletivo – composto de uma diversidade de organizações que têm na ação direta e na mobilização de rua seu principal repertório de ação – que foi um dos agentes importantes no ciclo de protestos ocorridos em Porto Alegre, em junho de 2013, tendo como estopim o conflito no aumento das

passagens do transporte público. O CPC/POA também teve importância na onda de protestos, por meio da organização de atos nacionais, em 14 de junho de 2013, no dia do primeiro jogo da Copa das Confederações no Brasil. Assim, a manifestação resultou da parceria entre essas organizações.

Com as obras iniciadas e a dificuldade em obter respostas pelas vias institucionais, além da mudança na conjuntura, as redes políticas dos coletivos citados passam a se articular para realizar atividades com as comunidades, resultando na realização do Mutirão por Direitos com o objetivo de incentivar as famílias a continuarem na luta. O evento contou com diversas atividades lúdicas (teatro, capoeira, grafite) e oficinas para discutir direitos. No entanto, os efeitos em termos de mobilizar as comunidades por meio dessa linguagem não foram expressivos. Vejamos uma conversa que tive com seu Zé nesse dia, quando o questioneei sobre a ausência das famílias. Ele me disse: "O povo não

acredita, nós falamos que eles têm direito, mas eles não acreditam mais em nós... e sem o povo... o povo é o combustível”.

Foram quatro anos de luta que produziram muitos documentos, mas poucas respostas efetivas dos governos, expressando a dificuldade da luta em termos de direitos: é preciso saber esperar o tempo da burocracia e muitas vezes ter como resultado das denúncias um maço de relatórios que “orientam ações ao Estado”. O custo para as famílias é alto, e o tempo da política de remoção não espera o tempo da política e dos tribunais, pelo menos não na conjuntura da Copa na cidade. Atualmente, o CPC/POA tenta manter viva a luta comunitária por meio de ações que garantam que os terrenos conquistados sejam para a construção das moradias das famílias.

Embora não seja possível falar em termos de vitória e derrota, o processo de luta pela moradia obteve até o momento diversas conquistas e

aqui não me refiro apenas à possibilidade de construir a permanência das famílias na região, mas ao *slogan* Chave por Chave que se faz presente nos cartazes que tomam conta das ruas de Porto Alegre, sendo referenciado também nas mídias locais e nos seminários acadêmicos. Ao mesmo tempo, o CPC/POA consolidou-se como uma referência na mediação dos conflitos entre comunidades e o governo municipal. Exemplo disso foi um episódio em que lideranças comunitárias impactadas pelo Projeto Integrado Socioambiental (Pisa) acionaram as organizações que participam do CPC/POA para intervir contra uma ordem de despejo. A notificação feita pelo município de Porto Alegre no dia 17 de fevereiro exigia que as famílias desocupassem suas casas até o dia 28 de fevereiro, indo para o aluguel social.

## **Considerações finais**

O Brasil tem vivenciado o surgimento de um novo fenômeno político, a difusão de mobilizações sociais e de ações coletivas de confronto nas arenas públicas, que tem reconfigurado os modos de pensar as interações entre Estado e sociedade no atual contexto democrático brasileiro. Foi com o objetivo de contribuir para esse debate que este artigo centrou sua análise no conflito urbano decorrente das intervenções governamentais para a organização das cidades brasileiras que receberão, em junho de 2014, jogos da Copa do Mundo Fifa.

Assim, a primeira parte foi dedicada a explorar os elementos envolvidos no fenômeno do megaevento no Brasil que são geradores dos conflitos, demonstrando, dessa forma, que o conflito social e político que emerge na conjuntura da Copa 2014 ganha configurações públicas particulares,

envolvendo uma rede no âmbito nacional que articula espaços organizativos locais que contestam os significados do evento para o Brasil.

Por outro lado, ao trazer para a análise o âmbito local, por meio do caso do Comitê Popular da Copa em Porto Alegre (CPC/POA), foi mostrada a relação entre o fenômeno do megaevento e o fenômeno da ação coletiva através do contexto de experiência dos sujeitos engajados no processo de contestação. Assim, em um primeiro momento, a análise das falas das organizações sociais sobre seu envolvimento no processo de constituição do CPC/POA explicita que este resulta de embates políticos (acerca das intervenções governamentais na dinâmica de ocupação do solo urbano em regiões centrais) característicos da última década na cidade de Porto Alegre, intensificados pela conjuntura do megaevento. Ao mesmo tempo, a formação dessa nova coalizão de forças sociais (que envolve os

movimentos ambiental, rural, da juventude, urbano e comunitário) no debate urbano evidencia um deslocamento do locus do conflito ao privilegiar modos de interagir que têm na ação coletiva não estatal a principal ferramenta de luta (percepção do esgotamento do modelo de participação social e das possibilidades de mobilização social).

Em um segundo momento, a reconstrução de episódios empíricos da situação concreta de disputa visou contextualizar os elementos e agentes envolvidos no processo de luta pela moradia e as modalidades de ação mobilizadas para o enfrentamento do cenário forjado pela realização do megaevento, mostrando que o comprometimento do governo municipal com o cronograma do evento resulta em intervenções atípicas das relações políticas e jurídicas (alteração de legislação, falta de informação e participação, políticas emergenciais) no gerenciamento das famílias alvo da política de remoção,

reconfigurando os conflitos fundiários. Essas ações serão a base das principais reivindicações dos grupos participantes do CPC/POA que, por meio da constituição de espaços não estatais de ação coletiva e da linguagem dos direitos humanos, passam a contestar os rumos da política pública e a intervir.

Ao descrever os repertórios de confronto desenvolvidos a partir do CPC/POA, visou-se chamar a atenção para a diversidade de ações (institucionais e não estatal) possíveis de serem articuladas no processo de luta em um contexto democrático. Assim, a afirmativa de que tem ocorrido um deslocamento do conflito social do âmbito estatal para espaços mais autônomos de mobilização coletiva vem acompanhada da ressalva de que esse fenômeno não é radical. Antes, dá-se em um *continuum* com outras modalidades de ação já existentes que vão sendo complementadas no processo de interação da luta (incluindo as

oportunidades abertas por mudanças conjunturais).

## Referências

ALFONSIN, Betânia de Moraes. *A política urbana em disputa: desafios para a efetividade de novos instrumentos em uma perspectiva analítica de direito urbanístico comparado* (Brasil, Colômbia, Espanha). Tese (Doutorado em Planejamento Urbano e Regional) – Programa de Pós-Graduação em Planejamento Urbano e Regional, Universidade Federal do Rio de Janeiro, 2008. p. 11-167.

ALONSO, Angela. Repertório, segundo Charles Tilly: história de um conceito. *Sociologia & Antropologia*, ano 2, v. 3, p. 21-41, 2012.

ARAÚJO, Gabrielle. *Dinâmicas da ação coletiva: uma etnografia sobre o processo de mobilização contestatório em torno da Copa do Mundo Fifa 2014 na cidade de Porto Alegre*. Trabalho de Conclusão de Curso, IFCH/UFRGS, 2011.

AUYERO, Javier. *La protesta: retratos da beligerância popular en la Argentina democrática*. Buenos Aires: Centro Cultural Rojas/UBA, 2002.

CABO, Alvaro Vicente do. A imprensa e as copas do mundo de futebol no Mercosul. II SEMINÁRIO Interno PPGCOM, Universidade do Estado do Rio de Janeiro, 4 a 5 de dezembro de 2008. Disponível em: <[http://www.contemporanea.uerj.br/pdf/ed\\_11ex/10\\_AlvaroCABO\\_IISeminarioPPGCOM.pdf](http://www.contemporanea.uerj.br/pdf/ed_11ex/10_AlvaroCABO_IISeminarioPPGCOM.pdf)>. Acesso em: outubro de 2013.

CAFRUNE, Marcelo Eibs. Mediação de conflitos fundiários urbanos: do debate teórico à construção política. *Revista da Faculdade de Direito UniRitter*, n. 11, 2010.

CEFAÏ, Daniel. Como nos mobilizamos? A contribuição de uma abordagem pragmatista para a sociologia da ação coletiva. *Dilemas*, v. 2, n. 4, abr.-jun. 2009.

DAMO, Arlei Sander; OLIVEN, Ruben George. O Brasil no horizonte dos megaeventos esportivos de 2014 a 2016: sua cara, seus sócios e seus negócios. *Horizontes Antropológicos*, Porto Alegre, ano 19, n. 40, p. 19-63, jul.-dez. 2013.

DOSSIÊ da Articulação Nacional dos Comitês Populares da Copa. *Megaeventos e violações de direitos humanos no Brasil*. Disponível em: <<http://www.apublica.org/wp-content/uploads/2012/01/DossieViolacoesCopa.pdf>>. Acesso em: março de 2014.

FEDOZZI, Luciano. Práticas inovadoras de gestão urbana: o paradigma participativo. *Revista Paranaense de Desenvolvimento*, Curitiba, n. 100, p. 93-107, jan.-jun. 2001.

FONSECA, Claudia; CARDARELLO, Andrea. Direitos dos mais e menos humanos. *Horizontes Antropológicos*, ano 5, n. 10, p. 83-122, 1999.

FREIRE, Leticia de Luna. Mobilizações coletivas em contexto de megaeventos esportivos no Rio de Janeiro. *O Social em Questão*, ano XVI, n. 29, 2013.

GAFFNEY, Christopher. Mega-events and social-spatial dynamics in Rio de Janeiro, 1919-2016. *Journal of Latin American Geography*, v. 9, n. 1, 2010.

GREENE, Solomon J. Staged cities: mega-events, slum clearance, and global capital. *Yale Human Rights and Development Law Journal*, v. 6, 2003.

GUTTERRES, Anelise. Os jogos sociais nas cidades dos megaeventos esportivos: etnografia em redes e sociabilidades políticas efervescentes, no contexto de Porto Alegre – RS. *Iluminuras*, Porto Alegre, v. 12, n. 27, 2011. Disponível em: <<http://seer.ufrgs.br/iluminuras/article/view/21188/pdf>>. Acesso em: outubro de 2011.

MACIEL, Débora Alves. Ação coletiva, mobilização dos direitos e instituições políticas: o caso da Campanha da Lei Maria da Penha. *Revista Brasileira de Ciências Sociais*, v. 26, n. 77, p. 97-111, out. 2011.

MAGALHÃES, Alexandre. O “legado” dos megaeventos esportivos: a reatualização da remoção de favelas no Rio de Janeiro. *Horizontes Antropológicos*, Porto Alegre, ano 19, n. 40, p. 89-118, jul.-dez. 2013.

MASCARENHAS, Gilmar; BORGES, Fátima. Entre o empreendedorismo urbano e a gestão democrática da cidade: dilemas e impactos do Pan-2007 na Marina da Glória. *Esporte e Sociedade*, ano 4, n. 10, nov. 2008-fev 2009.

\_\_\_\_\_; MARQUES, Carla Nogueira. Como ficam os movimentos sociais em tempos de empreendedorismo urbano? Conflitos e articulações por ocasião do Pan-2007. In: MASCARENHAS, Gilmar; BIENENSTEIN, Glauco; SÁNCHEZ, Fernanda (Org.). *O jogo continua: megaeventos esportivos e cidades*. Rio de Janeiro: EdUERJ, 2011. p. 195-216.

MESOMO, Juliana. *Políticas para a moradia*: tecnologias de governo para o deslocamento de populações em função das obras para a Copa do Mundo 2014. Monografia para a

disciplina práticas de governo, cultura e subjetividade – Programa de Pós-Graduação em Antropologia Social, Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2012. Mimeo.

NUNES, Maria Julieta. Remoções em foco: políticas públicas para as favelas cariocas em tempo de megaeventos. VI ENCONTRO Nacional de Pesquisadores em Gestão Social (Enapegs), 21-23 de maio 2012, São Paulo. Disponível em: <<http://anaisenapegs.com.br/2012/dmdocuments/353.pdf>> . Acesso em: outubro de 2013.

QUIRÓS, Julieta. Política e economia na ação coletiva: uma crítica etnográfica às premissas dicotômicas. *Mana*, Rio de Janeiro, v. 15, n. 1, 2009. Disponível em: <[http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci\\_arttext&pid=S0104-93132009000100005](http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0104-93132009000100005)>. Acesso em: março de 2011.

RAEDER, Sávio. Conflitos no ordenamento territorial em sedes de megaeventos esportivos. *Esporte e Sociedade*, ano 4, n. 10, nov. 2008-fev. 2009.

RAMALHO, Ana Maria Filgueira. A Copa do Mundo no Brasil: qual legado estamos construindo? *Revista de Arquitetura e Urbanismo*, v. 2, n. 3, 2012. Disponível em: <<http://www.faculadadedamas.edu.br/revistas/index.php/arquitetura/article/view/198>>. Acesso em: março de 2013.

RENAU, Luis del Romero; TRUDELLE, Catherine. Mega events and urban conflicts in Valencia, Spain: contesting the new urban modernity. *Urban Studies Research*, 2011.

RIBEIRO, Gustavo Lins. Cultura, direitos humanos e poder. Mais além do império e dos humanos direitos. Por um universalismo heteroglóssico. In: FONSECA, Claudia; TERTO JR., Veriano; ALVES, Caleb Faria (Org.). *Antropologia, diversidade e direitos humanos*. diálogos interdisciplinares. Porto Alegre: Ed. da UFRGS, 2004.

SANTOS, Boaventura de Sousa. A crítica da governação neoliberal: o Fórum Social Mundial como política e legalidade cosmopolita subalterna. *Revista Crítica de Ciências Sociais*, n. 72, out. 2005.

SILVA, Marcelo Kunrath. O problema habitacional e a democratização da gestão municipal em Porto Alegre. In: ORUETA, Fernando Díaz; SEOANE, María Luísa Lourés (Org.). *Desigualdad social y vivienda*. Alicante: Editorial Club Universitario, 2004. p. 135-159. v. 1.

\_\_\_\_\_. De volta aos movimentos sociais? Reflexões a partir da Literatura Brasileira Recente. *Ciências Sociais Unisinos*, São Leopoldo, v. 46, n. 1, p. 2-9, jan.-abr. 2010.

SIQUEIRA, Lucimar Fátima; LAHORGUE, Mario Leal. Governança e gestão urbana: Copa do Mundo Fifa 2014 em Porto Alegre. In: III Encontro Internacional de Ciências Sociais, Pelotas/RS, 2012. Disponível

em: <[http://www2.ufpel.edu.br/ifisp/ppgs/eics/old/dvd/documentos/gts\\_Illeics/gt14/gt14fatima.pdf](http://www2.ufpel.edu.br/ifisp/ppgs/eics/old/dvd/documentos/gts_Illeics/gt14/gt14fatima.pdf)>. Acesso em: março 2014.

TARROW, Sidney. *Poder em movimento*: movimentos sociais e confronto político. Petrópolis, RJ: Vozes, 2009.

TILLY, Charles. *Popular contention in Great Britain, 1758-1834*. Cambridge: Harvard University Press, 1995.